MILHO

SAFRA de VERÃO

Retração à vista

O terceiro quadrimestre de cada ano costuma ser uma fase muito delicada para o mercado do milho; é no seu decurso que se consolidam as intenções de plantio da safra seguinte. Baseadas na tendência de preços após o escoamento do produto da safrinha e na recapitulação dos resultados da comercialização da primeira safra, tais intenções definem a perspectiva de semeadura do grão a ser colhido alguns meses à frente e, desse modo, o possível ritmo dos segmentos de carnes avícola e suína para o futuro próximo.

Em quase todos os meses entre fevereiro e junho últimos, o produto da primeira safra de milho 1996/97 colhida no Centro-Sul encontrou remuneração inferior ao preço mínimo. Obviamente isso aconteceu por ter a oferta sido superior à demanda; as excelentes condições climáticas observadas nas áreas produtoras da região redundaram em aumento de 8% no rendimento físico da lavoura sobre o obtido em 1995/96, empurrando a produção da primeira safra para patamar quase 9% superior ao precedente.

Não resta dúvida de que os grandes estoques de milho nas mãos do governo contribuíram para agudizar esse quadro, na medida em que estimularam as indústrias de arraçoamento a adquirir o grão *da mão para a boca*. Com isso, elas buscavam diminuir seus custos, simultaneamente driblando as altas taxas de juros vigentes no mercado — o que contribuiu para reforçar o marasmo dos preços do grão.

Como seria de esperar, a influência baixista causada pelo volume dos estoques foi especialmente forte na região Centro-Oeste, já que ali se localiza a maior parte da armazenagem governamental. Em fins de junho, os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás detinham 70% do total nacional, tanto em termos de AGF quanto de EGF. Como tradicionalmente acontece, os preços menos baixos recebidos pelos produtores de milho no primeiro semestre se verificaram em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, dada a crônica necessidade de importação do cereal de outros estados para garantir o abastecimento de ambos.

A grande ganhadora nesse cenário de abundância do cereal foi a avicultura de corte, que soube aproveitar os preços deprimidos do seu principal insumo para manter sob controle o custo de seus produtos finais. No primeiro trimestre do ano, a relação entre os preços do milho e do frango vivo no estado de São Paulo foi 12% menor do que no mesmo período de 1996. Não foi por menos que, de janeiro a maio últimos, a produção da carne avançou 7% em comparação à de um ano antes, chegando ao patamar inédito de 1,8 milhão de toneladas.

Da mesma forma, a contenção dos custos foi especialmente benéfica para o segmento exportador de frangos, cujas vendas no primeiro semestre alcançaram o recorde de 325 mil toneladas. O fato de o preço médio obtido ter sido 2,1% menor do que o verificado de janeiro a junho de 1996 evidencia a maior margem de manobra com que as empresas brasileiras contaram para capturar novos clientes.

Além da remuneração recém-obtida pelos produtores, deverão pesar nas decisões de plantio da safra de milho do verão 1997/98 os acontecimentos que vêm sendo observados nos mercados da soja e do algodão. A recente elevação dos preços da leguminosa sem dúvida exerce grande poder de atração sobre os agricultores, fortalecido pelo fato de a commodity contar com esquema de comercialização infinitamente mais confortável do que o do milho.

Da mesma forma, o apoio que o governo está direcionando especificamente à cultura do algodão também poderá causar alguma interferência, pelo menos no que diz respeito aos agricultores de menor porte.

Preços e realidade

No que tange ao fato de o preço mínimo do milho para 1997/98 nas regiões Sul e Sudeste ter repetido o valor de R$6,70/60kg da temporada anterior, não se deve esquecer que não caberia, em hipótese alguma, qualquer aumento deste valor. O aumento nominal de quase 12% que ele sofreu entre os anos-safra 1995/96 e 1996/97, realizado no calor do aumento das cotações internacionais, acabou se revelando incompatível com a realidade interna de oferta e demanda no atual exercício.

No mesmo raciocínio se encaixam as reduções nominais de 3% para o preço mínimo, aplicado aos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, e de quase 5% para Mato Grosso, cujo claro objetivo é reduzir o plantio do cereal em

Paraná — milho e soja

Perspectivas para a safra 1997/98

	Custo operacional (R$/ha)	Rendimento físico (sc/ha) (a)	Preço mínimo (R$/60kg)	Equivalência do valor a ser financiado[1] (sc/ha) (b)	Equivalência de Proagro + assist. técn. + tx. de juros de 8 meses[3] (sc/ha) (c)	Produção comprometida para pagamento do financiamento[4] (sc/ha) (d)	(d/a)
Milho	500,00	90,00	6,70	74,60	9,20	83,80	0,93
Soja	380,00	45,00	9,50	40,00	5,00	45,00	1,00
	Custo operacional (R$/ha)	**Rendimento físico (sc/ha) (a)**	**Preço médio recebido* (R$/60kg)**	**Equivalência do valor a ser financiado[2] (sc/ha) (b)**	**Equivalência de Proagro + assist. técn. + tx. de juros de 8 meses[3] (sc/ha) (c)**	**Produção comprometida para pagamento do financiamento (sc/ha) (d)**	**(d/a)**
Milho	500,00	90,00	6,78	73,70	9,20	82,90	0,92
Soja	380,00	45,00	12,63	30,10	5,00	33,90	0,75

Fonte: Federação da Agricultura do Estado da Paraná.
* Últimos cinco anos.
[1] Custo operacional/preço mínimo.
[2] Custo operacional/preço médio recebido.
[3] 6,3% sobre valor a ser financiado + Proagro + assistência técnica.
[4] (b)+(c)

áreas de baixo consumo local e conseqüentemente detentoras de elevados estoques. Em outras palavras, era necessário que, para 1997/98, o preço mínimo a viger fosse calibrado de acordo com as verdadeiras realidades e necessidades do setor, sob pena de um novo patamar irreal gerar distorções na comercialização que prejudiquem os produtores. Vale notar, porém, que esta repetição nominal do preço mínimo favorece os agricultores que securitizaram as dívidas rurais e vincularam o grão na equivalência-produto.

Já no que diz respeito às condições de financiamento de custeio para a nova safra, para o milho foi fixado limite de financiamento de até R$150 mil por produtor, quando destinado ao custeio ou ao EGF/COV. Se este patamar corresponde apenas à metade daquele direcionado ao algodão, por outro lado é 50% maior do que o limite aplicado à soja a ser plantada na região Centro-Oeste, e quase quatro vezes superior ao financiamento para a leguminosa nas regiões Sul e Sudeste.

Mesmo assim, interessante estudo comparativo entre a soja e o milho realizado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná comprovou que, considerado o preço médio recebido pelos produtores nos últimos cinco anos, o comprometimento da colheita para o pagamento do custeio aponta boa vantagem para a leguminosa, embora essa superioridade desapareça caso se considere o recebimento do preço mínimo na venda. Como, tradicionalmente, o preço mínimo não constitui balizador para a comercialização da soja — ao contrário do que ocorre com o milho —, permanece o sentimento de que, nesta comparação específica, o milho definitivamente não possui competitividade.

As excelentes condições climáticas observadas nas áreas produtoras da região redundaram em aumento de 8% no rendimento físico da lavoura sobre o obtido em 1995/96.

O que se conclui de tudo isso é que o país está caminhando inexoravelmente para uma semeadura de milho menor na primeira safra de 1997/98 do que a registrada um ano antes. Resta a dúvida: a quanto chegará essa diminuição?

Baseado no ritmo das vendas de sementes, o Grupo Temático de Milho do Fórum Nacional da Agricultura apostou que a retração será de 20% no Centro-Oeste brasileiro e de 10% nas regiões Sul e Sudeste. Mesmo assim, ainda não é possível uma resposta definitiva, tendo em vista que o plantio no Centro-Sul deverá estender-se pelo menos até o próximo mês de outubro. O que se pode afirmar com certeza é que há — e sempre haverá — fatores que sustentam essa cultura, mesmo na ausência de apoio específico.

A maior vantagem da lavoura do milho reside na sua rusticidade, caracterizando-se como uma lavoura que reage bravamente a interferências climáticas adversas e à eventual displicência na inversão de recursos quando de seu plantio e desenvolvimento vegetativo.

Em segundo lugar, a recomendação agronômica de rotação entre as culturas de leguminosas e gramíneas também conta pontos a favor do milho, cuja sucessão à lavoura da soja torna-se antes uma necessidade para a conservação do solo do que uma opção do produtor.

E, por último, mas não menos importante, tem-se a demanda do setor de rações atuando como importante pano de fundo neste cenário. Estima-se que perto de 80% do consumo total de milho no Brasil se dêem via arraçoamento animal, com especial destaque para a alimentação dos rebanhos avícola e suíno. Como há uma tendência mundial ao

avanço da produção e do consumo destas carnes em substituição à bovina, e encontrando-se o Brasil francamente engajado no aumento de consumo da carne branca, é de se supor que a demanda de milho enquanto ração continue a sustentar o mercado interno do grão.

De qualquer forma, a previsível menor produção de milho na temporada 1997/98 deve ser entendida como algo saudável para esse mercado, já que sua função primária será corrigir a rota descendente dos preços aos produtores e, com isso, garantir o equilíbrio do mercado, necessário para lhe assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

IRENE RAGUENET TROCCOLI
E-mail: iragtroc@fgv.br

SOJA

SAFRA de VERÃO

Cresce o plantio da soja

Ainda em meio a diversas indefinições, das quais a mais séria diz respeito à manifestação de El Niño, a movimentação de compra de insumos e a expectativa quanto ao mercado em 1998 dão conta de um plantio significativo para a soja.

Sempre dinâmico, o mercado da soja contou este ano com elementos novos, que aumentaram sua agitação, provocando por vezes alguma imprevisibilidade. O mais citado tem sido a desgravação do ICMS nas exportações do grão, pelas alterações promovidas no subsetor, com a opção pelas vendas externas do insumo básico para a indústria.

Outro fator é a configuração de mercado climático na Bolsa de Chicago, acentuada pela preocupação com a antecipação de El Niño e seus efeitos sobre as safras ao redor do mundo.

Para a sojicultura brasileira, portanto, haverá diferentes enfoques, quer se trate da produção agrícola ou da industrial. Nesta última, por exemplo, a divergência de interesses é antiga e já promoveu o deslocamento das discussões até mesmo para o campo jurídico. Desde que o Rio Grande do Sul, há alguns anos, deu descontos para o ICMS do complexo da soja, empresas de outros estados pleitearam direitos iguais e passaram a depositar judicialmente seus pagamentos. Empresas paranaenses, por exemplo, argumentaram que farelo e óleo são produtos industrializados.

Outra polêmica neste assunto é encampada pela Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), entidade representativa do setor, que não vê lógica na cobrança de uma taxa de classificação abrangente, capaz de incidir sobre grão, farelo, óleo bruto e óleo refinado. Essa taxa foi instituída pela Lei nº 6.305, de 1975, e cobria produtos agrícolas e não-industrializados. Mais tarde, passou a abranger a soja e seus derivados. Como resultado, há uma série de mandatos de segurança e medidas judiciais impetrados pelas indústrias, que costumam ser derrotadas, já que se contempla no julgamento o espírito original da legislação, de informar ao consumidor quanto aos tipos do produto.

Outra polêmica que promete render bastante é a do ressarcimento dos estados pelas perdas de arrecadação trazidas pela Lei Kandir, justamente a que desgravou o ICMS dos produtos primários nas exportações. O governo federal não está ressarcindo os estados conforme se comprometeu a fazer, e as administrações, que já tinham problemas de caixa, ficaram em pior situação. A partir de fins de agosto, começou-se a discutir em Brasília sobre o que fazer a respeito, principalmente considerando que em 1998 serão também desonerados os bens de uso e consumo das empresas, o que abalará ainda mais as combalidas finanças estaduais. Os estados que iniciaram as discussões foram Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Distrito Federal, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo, que se consideram credores de cerca de R$3,6 bilhões e só receberam de repasse R$382 milhões, 20% do previsto na legislação.

Situação no campo

O bom desempenho da atividade como um todo, nas últimas comercializações, tem colocado a soja em posição destacada nas intenções de plantio para a safra 1997/98. Embora oficialmente, até meados de agosto, a Conab não tivesse divulgado nenhuma estimativa do comportamento do próximo plantio, a movimentação no campo levou a que escritórios regionais da companhia apresentassem cálculos preliminares, dando conta de expansão da área de cultivo em até 7%.

Diante dos bons preços do grão, que permaneceram atrativos mesmo depois da entrada da safra 1996/97, apareceram estimativas extremamente otimistas, que só fizeram melhorar devido à situação precária do mercado do milho, seu principal concorrente por espaços. Em algumas regiões porém o algodão, em fase de recuperação, apresentou-se como competidor, como nos casos de áreas goianas e paranaenses.